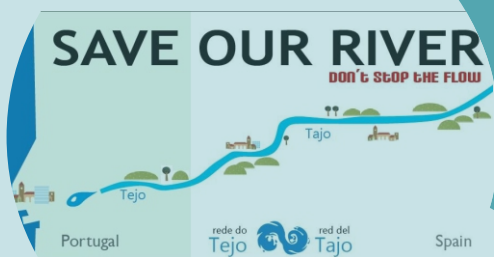




proTEJO
Movimento Pelo Tejo



MEMORANDO POR UM TEJO LIVRE



JANEIRO 2021

Índice

O que sabemos	2
O que não é dito	3
A. A irracionalidade económico / social do “Projeto Tejo” é conhecida	3
B. Atualmente, não existem previsões de maiores pressões de necessidade de água na agricultura que justifiquem a construção de novos açudes e barragens	3
C. Todos os objetivos traçados para o “Projeto Tejo” podem ser atingidos com investimentos em projetos alternativos que devem ser estudados e avaliados de modo a minorar os impactos negativos sobre o funcionamento dos ciclos ecológicos	4
O que é falso	5
D. Que os aquíferos da Lezíria do Tejo estejam esgotados	5
E. Que a construção de um açude seja necessária para evitar a salinidade das águas.....	6
F. Que seja possível tornar o rio Tejo navegável de Lisboa a Abrantes.....	7
G. Que os açudes e barragens permitam criar reservas estratégicas de água.....	8
H. Que os açudes e barragens ajudem a combater as alterações climáticas.....	8
O que devemos evitar	9
I. Os impactes ecológicos negativos provocados pelos novos açudes e barragens ao fragmentarem os únicos 120 km de rio Tejo livre e com dinâmica fluvial.....	9
J. O incumprimento das Diretivas Quadro da Água, Aves e Habitats, e da Estratégia para a Biodiversidade 2030 da União Europeia	11
Alertamos que se pretende uma classificação como Projeto Interesse Nacional (PIN) para contornar o evidente incumprimento das Diretivas Quadro da Água, Habitats e Aves, e da Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030.....	11
I. A perda da paisagem natural e cultural associada ao rio Tejo	11
K. Recorrer a modelos que, resolvendo alguns problemas pontuais, multiplicam e agravam os problemas que põem em causa a Sustentabilidade da Vida.....	11
O que desejamos	12
1. Medidas que visem a recuperação ecológica do rio Tejo e de toda a sua bacia para salvaguardar a continuidade dos ciclos vitais que ditam a sustentabilidade da Vida através da conservação e recuperação da sua Biodiversidade e do seu património.	12
2. A integração de caudais ecológicos determinados cientificamente nos Planos de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo com a coordenação das administrações de Portugal e Espanha.....	12
3. A realização de uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) pelo Ministério do Ambiente que integre o desenvolvimento de estudos de projetos alternativos com base nas metas da Estratégia para a Biodiversidade 2030 e das Diretivas Quadro da Água, Aves e Habitats.....	12
4. Um futuro onde os laços entre a natureza e a cultura das comunidades ribeirinhas perdurem e se reforcem com o regresso de modos de vida ligados à água e ao rio, assentes em princípios de sustentabilidade e responsabilidade, transversal a todas as atividades.....	12
O que nos preocupa	13

MEMORANDO “POR UM TEJO LIVRE”

O proTEJO – Movimento pelo Tejo defende um rio Tejo Vivo e Livre com dinâmica fluvial e opõe-se à construção dos açudes e barragens do Projeto Tejo - Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Tejo e Oeste.

O que sabemos

O Projeto Tejo¹ propõe-se construir **4 novos açudes e 2 novas barragens** de Vila Franca de Xira até Abrantes com “um investimento de € 4,5 mil milhões para a criação de um empreendimento de regadio a 30 anos” com os seguintes objetivos:

- a) a expansão do regadio intensivo dos atuais 100 mil hectares para 300 mil hectares, na região hidrográfica do Tejo e das ribeiras do Oeste (Espanha tem uma área de 200 mil hectares);
- b) a melhoria da eficácia e da eficiência na captação de água;
- c) a criação de uma reserva estratégica de água superficial e subterrânea;
- d) o controlo da salinidade das águas superficiais;
- e) a navegabilidade entre Lisboa e Abrantes;
- f) o combate às alterações climáticas.



No dia 27 de outubro foi publicado um concurso público para “Avaliar o potencial hídrico e hidroagrícola do Vale do Tejo e Oeste através do regadio, com a captação, armazenamento, transporte e distribuição de água, com delimitação de regiões potencialmente irrigáveis, e análise dos impactes socioeconómicos e ambientais.”, no valor de 400 mil euros (Anúncio de procedimento n.º 12113/2020, de 27 de outubro, da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural).

¹ Em maio de 2020, foi aprovada pela Assembleia da República uma recomendação ao Governo para a realização de um estudo para o aproveitamento hidráulico do rio Tejo;

O que não é dito

A. A irracionalidade económico / social do “Projeto Tejo” é conhecida uma vez que os investimentos de 4.500 milhões de euros que prevê serão 8 vezes superiores ao valor acrescentado bruto anual da agricultura com rega intensiva na região hidrográfica do Tejo e Oeste, da ordem dos 563 milhões de euros, sendo claramente um gasto desproporcionado de dinheiros públicos.

Quadro 2.28– Caracterização do Regadio na RH5 – Tejo e Ribeiras do Oeste

REGIÃO HIDROGRÁFICA	Caracterização Económica do Regadio							
	Dados de Base				Indicadores			
	VAB (10 ⁶ €)	Emprego (UTA)	Explorações (Nº)	Superfície (Ha)	VAB/Ha (€)	VAB/UTA (€)	UTA/Ha (Nº)	VAB/m ³ (€)
RH 5 - Tejo e Ribeiras do Oeste	563	27.745	24.528	148.148	3.798	20.281	0,19	0,48
% RH 5	46%	20%	17%	32%	144%	233%	62%	134%
CONTINENTE	1.224	140.357	143.577	464.283	2.636	8.721	0,30	0,36

Fonte: GPP-MAM, 2015, a partir do Recenseamento Agrícola de 2009

Certamente que, a ser realizado algum investimento, deverá sê-lo noutras finalidades de maior valor acrescentado para a sociedade como sejam a reconversão e adaptação da agricultura às novas condições climatológicas que já peca por tardia.

Além disso, não se conhece o seu impacto sobre a capacidade de captação de investimento produtivo, nem se este investimento captado será suficiente para assegurar o aumento da superfície irrigável pretendido.

Por outro lado, o custo do investimento anunciado não inclui os custos associados aos efeitos diretos e secundários que acompanharão o ciclo de construção, funcionamento e manutenção do projeto bem como para além do seu prazo de vida. Nem inclui os “custos” irreversíveis associados à perda de biodiversidade e ao impacto negativo sobre o funcionamento dos ciclos ecológicos, ignorando a responsabilidade moral de assegurar a justiça intergeracional.

B. Atualmente, não existem previsões de maiores pressões de necessidade de água na agricultura que justifiquem a construção de novos açudes e barragens uma vez que as superfícies irrigáveis e regadas se têm vindo a reduzir no Ribatejo e Oeste, apesar de existirem disponibilidades hídricas superficiais e subterrâneas para a sua expansão.

A inversão desta tendência está mais dependente de outros fatores como sejam a captação de mais e melhor investimento produtivo, que passa pela formação e incentivos à utilização das melhores práticas e tecnologias disponíveis para garantir a competitividade económica das explorações agrícolas, nomeadamente, a eficiência hídrica e as práticas agroecológicas. Estas inovações, para além de reduzirem as necessidades hídricas, aumentam a fertilidade do solo, favorecem a Biodiversidade e reduzem o recurso a químicos de síntese e combustíveis fósseis, contribuindo no seu conjunto para a redução da poluição (do ar, da água, dos solos e dos alimentos) e das emissões de gases com efeito de estufa (CO₂ e metano).

C. Todos os objetivos traçados para o “Projeto Tejo” podem ser atingidos com investimentos em projetos alternativos que devem ser estudados e avaliados de modo a minorar os impactos negativos sobre o funcionamento dos ciclos ecológicos visto que não implicam a construção de novos açudes e barragens e se afiguram mais sustentáveis, mais custo-eficazes e com menores impactes ecológicos.

Ao nível da procura de água

- Adoção de medidas de eficiência hídrica Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (que promovem a eficiência global do uso da água na agricultura que tem 40% de perdas);
- Investir na investigação, na formação e na adaptação a novas práticas agrícolas em condições de forte carência de água através da cobertura permanente do solo, da mobilização reduzida ao mínimo necessário, da plantação de corta ventos, etc.... para melhor aproveitamento da água e aumento da fertilidade dos solos. Incentivando assim a produção de espécies mais bem-adaptadas com práticas sustentáveis como as de agroecologia, de agroflorestal, a agricultura regenerativa e culturas hidropónicas com sistemas de rega de maior rendimento e a seleção de culturas resistentes e adaptadas ao crescimento no Outono-Inverno, mais sustentáveis e com menor consumo de recursos energéticos e hídricos, como preconizado nas novas diretivas da PAC.

Contrariamente, os proponentes do Projeto Tejo pretendem um acréscimo enorme dos consumos de água para a rega na agricultura intensiva das espécies de primavera-verão e de espécies adaptadas ao sequeiro. Perante situações de seca severa, é hora de investir mais em culturas sustentáveis de outono-inverno e colheita primaveril, com menor consumo de recursos hídricos, para melhor aproveitar a água.

Ao nível da oferta de água

- Promover a implementação de regimes de caudais ecológicos nos Planos de Gestão da Região Hidrográfica de Portugal e Espanha e regulamentar a gestão das barragens;
- Captação de água diretamente do rio (ex: a captação de Valada Tejo da EPAL tem uma capacidade nominal de 400 000 m³/dia destinados à Estação de Tratamento de Água de Vale da Pedra);
- Dessalinização, que resolveria algumas das necessidades de água da Lezíria do Tejo e, em especial, da região do Oeste;
- Aproveitamento das águas residuais tratadas das estações de tratamento de águas residuais urbanas e industriais e mais investimento na separação dos esgotos das águas limpas (nomeadamente, pluviais) e das águas sujas.

A reutilização de águas residuais devidamente tratadas é outra opção que alarga as possibilidades de uso mais sustentável das disponibilidades hídricas, ao mesmo tempo que contribui para uma maior monitorização da qualidade da água saída das ETAR industriais e domésticas.

- Reaproveitamento das barragens inoperacionais do Oeste;

- Utilização da capacidade de captação de água no subsolo, importando:
 - ✓ o conhecimento do atual nível de recarga e de utilização dos aquíferos;
 - ✓ o conhecimento e definição do potencial de utilização e de reserva estratégica dos aquíferos;
 - ✓ a avaliação do risco e benefícios da recarga artificial de aquíferos.
- Adoção de [Medidas Naturais de Retenção de Água](#) aos níveis agrícola, urbano, florestal e hidromorfológico, já implementadas em países da EU:

Do ponto de vista do aumento do regadio existem alternativas a escalas mais reduzidas como as medidas naturais de retenção de água ([Integrated Water Retention Measures](#)) que são já uma aposta em vários países da União Europeia e podem ser aplicadas ao sector agrícola, combinadas com a eficiência hídrica, a cobertura permanente do solo e a adaptação de culturas ao clima.

"Se pretendemos resolver o problema da seca com a rega, nunca vamos ter água suficiente", alerta Mário Carvalho, professor no departamento de Agricultura da Universidade de Évora, que se tem dedicado à investigação deste fenómeno, apontando que o caminho do Alentejo passa pela "maximização da produtividade da água", alegando que por ser escassa e cara tem de garantir elevadas produções. "Se a utilizarmos para regar culturas de outono-inverno conseguimos produtividade quatro a cinco vezes superiores às de regadio de primavera-verão", diz. Mas para que esta estratégia resulte em pleno é preciso garantir uma boa drenagem dos solos, para evitar que em anos de muita chuva não se perca produção nos regadios devido ao encharcamento dos campos." (ver [Diário de Notícias - "Alentejo já pensa em alterar culturas para "fintar" a seca" - 04-11-2017](#)).

O que é falso

D. Que os aquíferos da Lezíria do Tejo estejam esgotados

Os extensos aquíferos do Tejo, que se estendem pela Lezíria, mantêm a mesma disponibilidade hídrica desde há 40 anos e a sua capacidade de recarga está apenas a ser parcialmente utilizada², de acordo com um estudo de 2019. Decorre deste e de estudos anteriores que referem que no Baixo Tejo e na Região Hidrográfica do Tejo existem disponibilidades hídricas subterrâneas suficientes e que o volume de recarga e extraível das águas subterrâneas é superior ao volume das extrações, apresentando um balanço hídrico significativamente positivo das águas subterrâneas³.

²Apresentação sobre as disponibilidades hídricas da bacia do Tejo do professor Rodrigo Proença de Oliveira do Instituto Superior Técnico/UL em debate sobre o "Projeto Tejo" na Reunião Extraordinária do Conselho da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste, em 25 de setembro de 2019, promovido pela Agência Portuguesa do Ambiente.

³Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo 2016/2021 e Estudo da Associação Portuguesa de Recursos Hídricos.

Os açudes e barragens pretendem obter água por gravidade para reduzir os custos energéticos da bombagem da água de lençóis de água cada vez mais profundos devido a situações localizadas e pontuais de esgotamento, ou mesmo de contaminação de lençóis de água superficiais induzidas por más práticas agrícolas de regadio intensivo, estando por demonstrar a amplitude e generalização deste problema.

Importa ponderar se deve ser realizado um investimento público de milhares de milhões de euros para compensar custos energéticos de explorações agrícolas privadas que esgotaram ou contaminaram as suas reservas de água e não souberam preservar a capacidade de retenção de água nos solos (melhorando a capacidade de infiltração, aumentando os teores em matéria orgânica, reduzindo a evaporação com corta-ventos e coberto vegetal...). Ou seja, beneficiando o infrator em vez de investir mais na investigação, na divulgação do conhecimento, na formação e no acompanhamento que incentive a adoção de boas práticas agrícolas, nomeadamente, ao nível da eficiência hídrica e da luta contra o esgotamento dos solos e a desertificação.

E. Que a construção de um açude seja necessária para evitar a salinidade das águas

A amplitude da salinização das águas superficiais e subterrâneas do Tejo deve ser devidamente estudada, documentada e divulgada para conhecimento de eventuais impactes negativos ao nível da captação de água no leito do rio para a rega e da salinização dos terrenos agrícolas, devendo ser implementada uma rede de monitorização adequada pela Agência Portuguesa do Ambiente e efetuado um levantamento dos afetados.

Defendemos que o incremento da salinidade das águas do rio Tejo e os eventuais impactes negativos acima referidos podem ser evitados com a implementação de caudais ecológicos, que sejam suficientes para manter o equilíbrio entre o fluxo de água doce e salgada, nomeadamente, caudais ecológicos de chegada ao estuário e à foz.

Estes caudais de água doce permitirão a existência de águas de transição com carácter parcialmente salgado e drenagem de substâncias químicas da bacia hidrográfica que produzem os estímulos necessários para atrair as espécies piscícolas ao estuário do Tejo e, no caso dos peixes migradores, os impulsionam a subir o rio e a completarem o seu ciclo de reprodução, situação que não acontecerá com a retenção da água em barragens e açudes e a sua utilização intensiva no regadio agrícola.

Estes caudais ecológicos deverão ser regulares e instantâneos estabelecidos em m³/s, observando a sazonalidade das estações do ano, estabelecidos no plano de gestão da bacia hidrográfica do Tejo, implementados nas barragens portuguesas (Fratel, Belver, Castelo de Bode, entre outras) e nos pontos de controlo da Convenção de Albufeira, em Cedillo e Ponte de Muge.

O caudal mínimo atualmente definido para a Ponte de Muge na Convenção de Albufeira, apesar de não ser ecológico, nem regular, nem instantâneo, vai desempenhando a função ecológica de assegurar o caudal de chegada ao estuário e à foz. Este caudal é necessário para manter algum equilíbrio entre os fluxos de água doce e salgada, bem como o transporte de nutrientes necessários à subsistência dos ecossistemas estuarinos e dos sedimentos que sustentam as praias (com custos crescentes de reposição de sedimentos na orla costeira).

No entanto, o Projeto Tejo desvirtua o cumprimento do espírito da Convenção de Albufeira ao pretender que a água passe por Ponte de Muge para cumprir os 4 000 hm³ de caudal mínimo, mas que logo de seguida seja retida no primeiro açude que será construído entre Valada e Azambuja e retirada do rio para o consumo no regadio intensivo, não cumprindo o objetivo ecológico de continuar o seu curso até ao estuário e até à foz.

A construção dos novos açudes e novas barragens não será a solução, já que promoverá um aumento significativo de pressões sobre os ecossistemas, promovendo a perda de habitats e biodiversidade e as perdas de água doce por evaporação. A pretensão de armazenar água para consumo do regadio intensivo e para promover a navegabilidade no rio Tejo, resultará num decréscimo da quantidade e qualidade da água, respetivos caudais e sedimentos que não chegarão ao estuário e à foz.

A solução para conter a intrusão salina nas águas superficiais passa por assumir que é urgente garantir um caudal ecológico e que a subida do nível médio das águas do mar é uma consequência incontornável das alterações climáticas, sendo o recuo das atividades humanas - como a agricultura - junto à linha de costa inevitável em cenários de médio e longo-prazo que importam acautelar e programar.

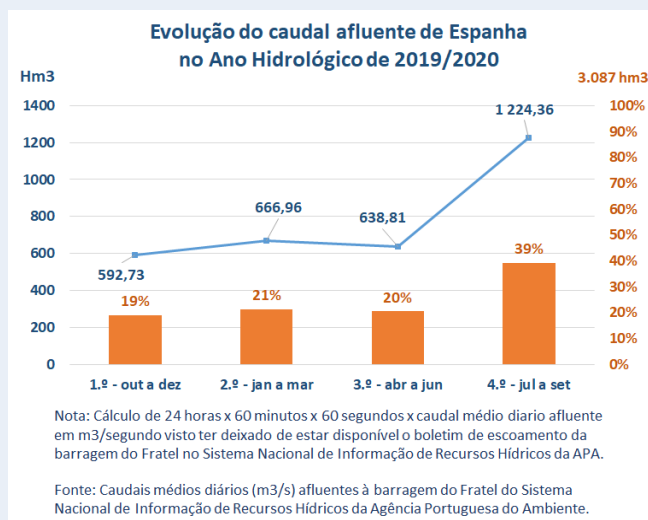
F. Que seja possível tornar o rio Tejo navegável de Lisboa a Abrantes

Ainda não foi realizada a apresentação das estruturas que permitiriam a passagem de embarcações pelos açudes e barragens e a adequações ao desnível das margens do rio.

Importa salientar que não estão resolvidas as incompatibilidades da necessidade de retenção de água para assegurar a navegabilidade com:

- o rebatimento dos açudes e barragens nos meses húmidos (outono e inverno) para permitir a migração das espécies piscícolas, e com;
- o enorme consumo de água a ser utilizada no regadio intensivo.

O ciclo ecológico da água está invertido e não permitirá melhorar a navegabilidade no outono e no inverno (1º trimestre – outubro a dezembro e 2º trimestre – janeiro a março), quando afirmam que os açudes estarão rebatidos, face aos diminutos caudais que afluem de Espanha durante esses 6 meses, na ordem de 40% do caudal anual.



Relembramos ainda que o rio Tejo se apresenta quase sem caudal em muitos dias de inverno ou de verão, ao bel prazer da torneira das barragens espanholas. Importa ainda considerar a estratégia de longo prazo a adotar caso o decréscimo de precipitação derivado das alterações climáticas inviabilize o rebatimento destas barreiras no inverno.

Quanto à navegabilidade encontra-se por explicar a real procura de um rio Tejo navegável tendo em conta as alternativas já existentes em termos de mobilidade (rodovia e ferrovia), cuja melhoria do serviço e infraestrutura seriam claramente mais custo-eficazes.

Quanto ao turismo náutico deve-se incentivar e apoiar, num contexto de sustentabilidade, o turismo de natureza, ecológico e cultural, que já existe no rio Tejo e que utiliza cada vez mais energias limpas e renováveis.

G. Que os açudes e barragens permitam criar reservas estratégicas de água

O Projeto Tejo não apresenta preocupações de constituir reservas estratégicas de água superficial e subterrânea visto favorecer a estagnação e a evaporação de água retida em açudes e barragens e distribuída por gravidade através de aquedutos.

O uso dos açudes e barragens apenas nos meses de estiagem (primavera e verão) não constituirá reservas estratégicas de águas superficiais e nada acrescentará ao nível de recarga dos aquíferos da Lezíria do Tejo, cuja utilização é pouco significativa como referido acima [no ponto D.](#)

H. Que os açudes e barragens ajudem a combater as alterações climáticas

Os efeitos das alterações climáticas poderão ser mitigados, e eventualmente desacelerados com uma gestão de bacia hidrográfica que imponha caudais ecológicos, que ajudem a manter condições de maior estabilidade no funcionamento dos ecossistemas, que cumpram a sua função de fazer chegar à orla costeira os sedimentos que contribuem para o balanço sedimentar e para a proteção do litoral contra a subida do nível do mar. Será necessário promover e executar planos estratégicos que integrem medidas de preservação da biodiversidade, a plantação de espécies autóctones e gestão de mais e melhor floresta, a reabilitação de rios e ribeiras, e a utilização de energias renováveis mais limpas, não incluindo nestes mais barragens, pelos seus impactes ambientais.

A construção de açudes e barragens tem impactes ambientais negativos sobre o clima e agravam os efeitos das alterações em curso:

- o aumento dos níveis de eutrofização devido à estagnação e subida da temperatura da água;
- o aumento das emissões com efeito de estufa, nomeadamente, de metano com origem na decomposição da matéria orgânica que tende a acumular-se no fundo de albufeiras;
- a degradação e destruição da biodiversidade ao longo do rio e do estuário em consequência da fragmentação e destruição de habitats;

- o agravamento da erosão costeira devido à retenção de sedimentos a montante, em combinação com a subida do nível médio do mar e com a ocorrência de fenómenos climáticos extremos cada vez mais frequentes e devastadores, acentuará a ocorrência de episódios de galgamentos e inundações, com o seu rol destrutivo de estruturas de proteção naturais e artificiais, colocando em causa as condições de habitabilidade da faixa costeira que nos próximos 30 anos sofrerá os efeitos do degelo global de todas as massas de água geladas, segundo as previsões científicas;
- a redução das disponibilidades de água em virtude do aumento das perdas de água com origem na maior evaporação que será gerada pelo aumento da temperatura da água, que por sua vez é derivada da ação combinada da maior estagnação da água e da existência de maiores planos de água com exposição solar.

Assim, é preciso adotar novas estratégias que passem por valorizar e/ou imitar os processos naturais com enfoque nas soluções de engenharia ecológica, na renaturalização e na preservação da biodiversidade e não pelo recurso a soluções que remetem para a repetição de erros anteriormente cometidos.

O que devemos evitar

I. Os impactes ecológicos negativos provocados pelos novos açudes e barragens ao fragmentarem os únicos 120 km de rio Tejo livre e com dinâmica fluvial, designadamente:

- Deterioração da qualidade por estagnação de massas de água pelos efeitos de eutrofização e de acumulação da poluição de montante, em incumprimento da Diretiva Quadro da Água;

Nas albufeiras previstas para Vila Franca de Xira e Valada serão criadas condições muito negativas para a qualidade da água:

- ✓ Tempo de residência da água nas albufeiras - 2 a 3 meses;
- ✓ Estagnação das águas que propicia um meio privilegiado para o crescimento de cianobactérias da espécie *Mycrocystis aeruginosa*;
- ✓ Aumento da temperatura média da água que atingirá valores superiores a 26º C, nomeadamente em dias de ventos fracos e baixa evaporação (já atualmente em 577 análises da EPAL, 23 apresentam valores acima de 25º C⁴);
- ✓ Concentração em fosfatos, frequentemente com valores acima de 0,15 mg/l de Fósforo total.

Devido a estes fatores muito negativos, as águas destes açudes, já por si mesmas mesotróficas devido à alta concentração de Fósforo, irão provavelmente desenvolver fortes crescimentos de algas azuis-verdes do género "*Mycrocystis aeruginosa*" e as toxinas do tipo MCYST por elas produzidas irão impossibilitar a utilização do rio para atividades balneares, reduzir a biodiversidade, degradar a fauna piscícola penalizando a atividade piscatória e prejudicar fortemente a captação e tratamento de água de abastecimento público.

⁴ Ver "[A reabilitação da ETA de Valada/Vale da Pedra \(EPAL\)](#)", por Ana AMBRÓSIO DE SOUSA(1); José NICOLAU LOPES(2); Amílcar AMBRÓSIO(3).

Enquanto que é necessário um nível de concentração de matéria orgânica (eutrofização) baixo para o abastecimento público de água potável, para a fauna piscícola e para a fruição dos planos de água para banhos, mesmo sem contacto direto (desportos náuticos), o mesmo é pouco relevante para a utilização na rega ou na produção de energia elétrica. Não admira, pois, que o Projeto Tejo, destinado à irrigação da agricultura intensiva, esteja despreocupado com as graves consequências do seu impacte sobre a qualidade da água.

- Aumento da água superficial e subterrânea que será contaminada por agroquímicos (fertilizantes e pesticidas) utilizados na produção agrícola intensiva;
- Redução das disponibilidades hídrica em virtude do aumento das perdas de água por evaporação geradas pela estagnação da água, aumento da temperatura da água e existência de maiores planos de água com exposição solar;
- Redução da disponibilidade hídrica a jusante dos açudes e barragens, dificultando a recarga dos aquíferos;
- Redução dos caudais de chegada ao estuário do Tejo e à orla marítima que gera alterações nas zonas de transição entre a água doce e a água salgada, com impacto nos estímulos às espécies piscícolas, e um menor transporte de sedimentos causando alteração da dinâmica sedimentar (i.e., as areias não recarregam as praias da linha costeira);
- Alterações nos ecossistemas aquáticos e nos habitats da fauna do rio Tejo devido, nomeadamente, à sua fragmentação pela criação de barreiras à circulação das populações de espécies piscícolas e à interrupção das rotas utilizadas por animais, em incumprimento das Diretivas Habitats e Aves;

A título de exemplo, a boga de Lisboa - *Iberochondrostoma olisiponensis* – é uma espécie ameaçada que está incluída na Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas IUCN e o seu habitat localiza-se em diversos troços do rio Tejo e afluentes cuja ligação será cortada com a construção de açudes ou barragens.

- Criação de enormes dificuldades à migração de espécies piscícolas (e.g., enguia, sável, lampreia) sendo fortemente prejudiciais às migrações de espécies fundamentais para a preservação do bom funcionamento do ecossistema aquático⁵ visto que as melhores passagens para peixes e eclusas têm uma eficiência máxima de apenas 30% e representam um débil auxílio para a transposição dos açudes e barragens pela fauna piscícola;
- Facilitar a proliferação das espécies exóticas invasoras, em especial, dos predadores de topo, por exemplo, o Siluro (*Silurus glanis*).

⁵ ver artigo [“Gestão Ecohidráulica em Portugal: diagnóstico e principais linhas de atuação”, Jorge Bochechas; Maria Teresa Ferreira; António N. Pinheiro](#)”.

J. O incumprimento das Diretivas Quadro da Água, Aves e Habitats, e da Estratégia para a Biodiversidade 2030 da União Europeia

A construção de novos açudes e novas barragens é incoerente à luz das Diretivas Quadro da Água, Habitats e Aves, e da Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030 atuando em contradição com as metas traçadas pela União Europeia.

A Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030 apresenta metas de restauro ecológico para os ecossistemas, importantes para a biodiversidade e o clima, destacando-se a importância de zonas húmidas, florestas e ecossistemas marinhos, assim como de rios, de forma a aumentar a sua conectividade.

A Comissão Europeia estabeleceu a restauração de pelo menos 25 000 km de rios através da remoção de barreiras obsoletas e da recuperação de ecossistemas ribeirinhos como meta a alcançar no âmbito da Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030.

O Projeto Tejo é, portanto, a contradição e perversão dos objetivos definidos pela União Europeia, subscritos por Portugal, ao pretender o aumento de barreiras à conectividade.

Alertamos que se pretende uma classificação como Projeto Interesse Nacional (PIN) para contornar o evidente incumprimento das Diretivas Quadro da Água, Habitats e Aves, e da Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030.

I. A perda da paisagem natural e cultural associada ao rio Tejo

A alteração da paisagem natural acarretará perdas da sua diversidade e alterações da paisagem cultural associada ao rio Tejo.

Importa salvaguardar esta paisagem natural e cultural mantendo a exuberante diversidade e complexidade coexistente das unidades de paisagem do rio Tejo, e preservando o mosaico plural de patrimónios e culturas que identificam as nossas comunidades ribeirinhas do Tejo, que as tornam únicas e as elegem como atores principais da paisagem cultural.

Sem um rio Tejo vivo e livre não perdurará a paisagem cultural e o património que lhe estão associados, quer na sua vertente imaterial das vivências sociais, culturais e religiosas das populações ribeirinhas do Tejo, quer na vertente material que a sua paisagem natural ainda enquadra, do qual se realçam as aldeias típicas de pescadores avieiros, as artes da pesca tradicional na Ortiga/Mação e as suas pesqueiras, o castelo de Almourol, os caís, os muros de sirga, os moinhos de água e de maré, entre outros, bem como a gastronomia tradicional das espécies piscícolas fluviais.

K. Recorrer a modelos que, resolvendo alguns problemas pontuais, multiplicam e agravam os problemas que põem em causa a Sustentabilidade da Vida pela degradação e destruição da biodiversidade em todas as suas dimensões: diversidade de espécies, diversidade genética e diversidade de ecossistemas.

O que desejamos

1. **Medidas que visem a recuperação ecológica do rio Tejo e de toda a sua bacia para salvaguardar a continuidade dos ciclos vitais que ditam a sustentabilidade da Vida através da conservação e recuperação da sua Biodiversidade e do seu património.**

É urgente defender um rio Tejo Vivo e Livre com dinâmica fluvial pela rejeição dos projetos de construção de novos açudes e barragens e pela exigência de uma regulamentação adequada para as barreiras que já existem de modo a garantir: o estabelecimento de verdadeiros caudais ecológicos; um regime fluvial adequado à migração e reprodução das espécies piscícolas; a qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas do rio Tejo e afluentes; a conservação e recuperação dos ecossistemas e habitats essenciais à manutenção dos ciclos vitais; e uma conectividade fluvial proporcionada por eficazes passagens para peixes e pequenas embarcações;

2. **A integração de caudais ecológicos determinados cientificamente nos Planos de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo com a coordenação das administrações de Portugal e Espanha,** implementados nas barragens portuguesas (Fratel, Belver, Castelo de Bode, entre outras) e nos pontos de controlo que atualmente estão presentes na Convenção de Albufeira, em Cedillo e Ponte de Muge;

3. **A realização de uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) pelo Ministério do Ambiente que integre o desenvolvimento de estudos de projetos alternativos com base nas metas da Estratégia para a Biodiversidade 2030 e das Diretivas Quadro da Água, Aves e Habitats,** tendo em conta todas as alternativas, ambiental, financeira e tecnologicamente mais eficazes, uma política de recuperação de custos dos serviços da água e o uso adequado do erário público considerando o custo de oportunidade destes projetos;

Estes estudos devem ainda permitir que a decisão de implementar um desses projetos seja tomada com base em critérios de minimização do impacte ambiental e em cenários de procura de água e de captação de investimento produtivo realistas, bem como de utilização das melhores soluções e tecnologias disponíveis para garantir a competitividade económica das explorações agrícolas, nomeadamente, de eficiência hídrica;

4. **Um futuro onde os laços entre a natureza e a cultura das comunidades ribeirinhas perdurem e se reforcem com o regresso de modos de vida ligados à água e ao rio, assentes em princípios de sustentabilidade e responsabilidade, transversal a todas as atividades:** piscatórias, agrícolas, industriais, educacionais, turismo de natureza, ecológico e cultural, e usufruto das populações ribeirinhas.

O que nos preocupa

Tendo em conta que a ponderação de projetos alternativos não está a ser assegurada, **o proTEJO manifesta preocupação e profundas reticências quanto ao rumo que parece estar a ser tomado com a apresentação do Projeto Tejo como única alternativa e solução definitiva para garantir água ao setor agrícola do Baixo Tejo e Oeste apesar dos graves impactes ambientais negativos que se podem antecipar** ao nível da degradação do solo, da qualidade do ar e da água, da conservação dos ecossistemas terrestres e aquáticos e da preservação alargada a toda a biodiversidade, **que virão agravar todos os problemas até hoje identificados no rio Tejo e em toda a sua bacia, e acrescentando, por essa via, mais e maiores pressões sobre a sustentabilidade da Vida.**

ESTE DOCUMENTO É UM TRABALHO EM CURSO

COLABORA CONNOSCO

ENVIA OS TEUS CONTRIBUTOS

protejo.movimento@gmail.com